

## **IMPACTOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO IFMT: A Implantação do SUAP e AFD**

### **IMPACTS OF DIGITAL TRANSFORMATION ON PUBLIC TRANSPARENCY AT IFMT: The Implementation of SUAP and AFD**

Marcílio Herculano da Costa<sup>1</sup>

#### **Resumo**

A transformação digital é fundamental para modernizar processos administrativos e assegurar o acesso à informação, abrangendo a digitalização de documentos e a reestruturação organizacional com tecnologias como inteligência artificial e automação. No Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), essa transformação não só cumpre a legislação, mas também promove uma cultura de transparência e responsabilidade. Este artigo investiga a relação entre transparência pública e transformação digital no IFMT, analisando práticas antes e depois da implementação do SUAP e AFD, para avaliar seus impactos na eficiência administrativa e identificar áreas de melhoria. A metodologia é qualitativa, com um estudo de caso do IFMT, incluindo revisão bibliográfica e pesquisa exploratória. Os resultados indicam avanços significativos na transparência e eficiência administrativa, com redução no tempo de resposta e melhorias na gestão documental, embora desafios como resistência cultural de servidores veteranos e falta de investimentos em infraestrutura e capacitação ainda persistam.

**Palavras-chave:** transformação digital; transparência pública; gestão eletrônica de documentos; Instituto Federal de Mato Grosso; SUAP; AFD; eficiência administrativa.

#### **Abstract**

Digital transformation is essential for modernizing administrative processes and ensuring access to information, encompassing document digitization and organizational restructuring through technologies such as artificial intelligence and automation. At the Federal Institute of Mato Grosso (IFMT), this transformation not only complies with legislation but also fosters a culture of transparency and accountability. This article investigates the relationship between public transparency and digital transformation at IFMT by analyzing practices before and after the implementation of SUAP and AFD, in order to assess their impacts on administrative efficiency and identify areas for improvement. The methodology is

---

<sup>1</sup> Arquivista | Especialista em Gestão Documental | E-mail: mharquivista@gmail.com



qualitative, involving a case study of IFMT, including a literature review and exploratory research. The results indicate significant advancements in transparency and administrative efficiency, with reduced response times and improvements in document management, although challenges such as cultural resistance from veteran staff and a lack of investment in infrastructure and training still persist.

**Keywords:** digital transformation; public transparency; electronic document management; Federal Institute of Mato Grosso; SUAP; AFD; administrative efficiency.

## 1 INTRODUÇÃO

A transparência pública é um dos pilares fundamentais para a boa governança e a promoção da accountability nas instituições públicas. Com o surgimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a exigência por maior transparência e acesso aos dados públicos se intensificou no Brasil, requerendo das instituições públicas o desenvolvimento de mecanismos eficazes para a disponibilização de informações de maneira acessível, rápida e segura (Brasil, 2011). Nesse cenário, a transformação digital tem se consolidado como uma estratégia essencial para modernizar processos administrativos, aprimorar a prestação de serviços públicos e garantir o direito de acesso à informação.

As transformações tecnológicas e informacionais nos impulsionam progressivamente a produzir e manter documentos digitais públicos, refletindo as mudanças profundas na maneira como as informações são geradas, armazenadas e acessadas. A transformação digital vai além da simples digitalização de documentos em papel; trata-se de uma reestruturação ampla dos processos administrativos e organizacionais, envolvendo a integração de tecnologias como inteligência artificial, big data, blockchain e automação para assegurar a autenticidade, integridade e acessibilidade desses documentos ao longo do tempo.

No contexto dos documentos públicos, essa transformação é particularmente importante. A transparência e a eficiência governamental dependem, em grande medida, da capacidade de produzir e manter documentos digitais confiáveis e facilmente acessíveis. Os documentos digitais, além de reduzirem os custos de armazenamento físico, melhoram a acessibilidade das informações e permitem uma gestão documental mais eficiente, com ferramentas automatizadas para organização, pesquisa e análise de dados. Contudo, é importante considerar que o armazenamento digital também implica custos significativos,



especialmente com infraestrutura, segurança da informação e manutenção de sistemas. Ainda assim, quando analisado sob a ótica do custo-benefício, os ganhos em agilidade, controle, transparência e redução de riscos justificam o investimento a médio e longo prazo.

Além disso, a transição para documentos digitais envolve desafios significativos em termos de segurança e preservação de longo prazo. A necessidade de garantir que esses documentos permaneçam acessíveis e autênticos por décadas ou até séculos demanda o desenvolvimento de padrões e protocolos robustos de preservação digital. Essa preservação vai além do simples uso de backups tradicionais, exigindo estratégias consolidadas como a redundância geográfica de dados, a migração periódica de formatos para evitar a obsolescência tecnológica e o uso de repositórios digitais confiáveis, que assegurem a integridade e a acessibilidade contínua das informações. Tais práticas são fundamentais para garantir a perenidade dos documentos digitais no contexto da administração pública.

A transformação digital envolve a incorporação de tecnologias digitais em todas as áreas de uma organização, alterando fundamentalmente a forma como ela opera e entrega valor aos seus usuários (Schwab, 2016). No contexto das instituições públicas, essa transformação torna-se essencial para ampliar o acesso e a transparência das informações. Nesse cenário, destacam-se tanto a adoção de documentos natos digitais — produzidos diretamente em meio eletrônico — quanto a digitalização de documentos originalmente físicos. A organização e o gerenciamento sistemático de ambos os tipos de documentos promovem maior eficiência e transparência administrativa, ao reduzir o tempo de resposta a solicitações de informações e aumentar a precisão dos dados disponibilizados ao público (Santos; Souza, 2020).

No caso das instituições de ensino público, como o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), a transformação digital não só atende às exigências da Lei de Acesso à Informação, como também promove uma cultura de transparência, responsabilidade e participação social. Além de melhorar a acessibilidade às informações, estabelece padrões de segurança para a tramitação de documentos, protegendo dados sensíveis e garantindo a integridade e a confiabilidade da informação.

Contudo, a transformação digital não se limita apenas à implementação de novas tecnologias, mas também envolve a adaptação cultural e institucional, a capacitação de



recursos humanos e o desenvolvimento de políticas internas adequadas. Para o IFMT, os desafios incluem a adequação da infraestrutura tecnológica, a superação de resistências culturais e a conformidade com as normativas vigentes. A eficácia da transparência pública depende, portanto, de um processo de transformação digital bem-sucedido, que articule tecnologia, gestão e políticas institucionais de forma integrada (Lima, 2024).

Diante disso, este artigo busca investigar os Impactos da Transformação Digital na Transparência Pública no IFMT a partir da implantação do SUAP e AFD. Para tanto, serão analisadas as práticas adotadas pela instituição antes e depois da implementação do SUAP e AFD, a fim de avaliar os impactos sobre a transparência pública e a eficiência administrativa. A pesquisa pretende ainda identificar possíveis lacunas e sugerir melhorias para o aprimoramento contínuo desse processo.

## 2 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA: O IFMT

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) é uma instituição pública de ensino, fundada há 114 anos, em Mato Grosso, Brasil. Atende cerca de 28 mil alunos distribuídos entre suas 19 unidades, que incluem 14 campi, 5 campi avançados e 25 polos de educação a distância, vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além disso, conta com uma reitoria para a administração central.

A instituição emprega aproximadamente 2.742 servidores, entre professores e técnico-administrativos. Sua história começou em 1909, com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices, atualmente conhecida como Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Ao longo dos anos, a instituição passou por várias reformulações, tornando-se Escola Industrial de Mato Grosso, Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT), Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT) e, finalmente, consolidando-se como IFMT.

O IFMT oferece mais de 230 cursos em diferentes níveis, incluindo educação técnica (ensino médio integrado, subsequente, concomitante e PROEJA), ensino superior (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), pós-graduação (especialização e mestrado) e programas de Formação Inicial e Continuada (FIC). A estrutura administrativa da instituição



é dividida em várias pró-reitorias, entre elas a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que cuida dos servidores ativos, aposentados, pensionistas, estagiários e contratados.

A gestão documental na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas desempenha um papel estratégico, sendo responsável pela organização e preservação de documentos relacionados à vida funcional dos servidores, que com a implantação do SUAP facilitou a movimentação de documentos entre campos e setores da instituição, juntamente com a posterior implementação do AFD, assegurando a transparência e disponibilização dos documentos de forma ágil e segura. Esse processo é essencial para garantir o cumprimento das normas legais e a transparência, princípios fundamentais da administração pública, além de assegurar a eficiência nas atividades administrativas da instituição.

É importante destacar que o IFMT faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que desempenha um papel fundamental na capacitação técnica e científica de jovens e adultos, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região e do país. O uso de tecnologias de gestão eletrônica de documentos, especialmente em tempos de transformação digital, tem contribuído para a modernização dos processos institucionais, garantindo maior agilidade, segurança e acesso às informações.

### 3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste estudo é de caráter qualitativo, utilizando o estudo de caso do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) para investigar como a gestão eletrônica de documentos influencia a transparência pública na instituição. Segundo Menezes (2024), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa apropriada para explorar fenômenos complexos em profundidade, permitindo uma compreensão detalhada do contexto institucional e das práticas implementadas.

A pesquisa bibliográfica é um tipo de investigação baseada em material já publicado, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos eletrônicos. De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 183), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Seu objetivo principal é reunir e analisar conhecimentos já existentes sobre um determinado tema ou



problema, ajudando a fundamentar teoricamente o estudo ou a identificar lacunas na literatura para futuras pesquisas.

Usaremos também, a pesquisa do tipo exploratória, cujo objetivo principal é proporcionar maior familiaridade com um tema ou problema, tornando-o mais explícito ou ajudando a construir hipóteses. Segundo Gil (2008, p. 41), "as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". Esse tipo de pesquisa é comum quando há pouca ou nenhuma informação anterior sobre o assunto, sendo empregada para descrever e entender contextos novos ou emergentes.

#### **4 SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SUAP)**

O Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) é uma plataforma utilizada em diversas instituições de ensino, especialmente nos Institutos Federais e outras instituições públicas brasileiras, para a gestão acadêmica, administrativa e de documentos eletrônicos. O SUAP foi desenvolvido e implementado inicialmente pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). A sua criação começou em 2006, mas apenas entre os anos de 2011-2015 que o IFRN identificou a necessidade de uma plataforma que integrasse tanto a gestão acadêmica quanto a administrativa da instituição. O desenvolvimento foi conduzido pela equipe interna de tecnologia do IFRN, e o sistema começou a ser utilizado de forma mais ampla. Como apontam os estudos de Costa (2016, p. 35).

O desenvolvimento do SUAP deu início em 2006 quando o projeto foi iniciado somente como atualização do ponto eletrônico já existente. Em 2007 começou o desenvolvimento de módulos adicionais integrados ao sistema. Em 2008 foi implantado o módulo RH (Recursos humanos). Em 2009 continuou-se o desenvolvimento de novos módulos. Somente em 2011 houve a integração com o atual sistema acadêmico (Q-Acadêmico). Em 2012 foi desenvolvida uma nova interface para o SUAP para que em 2013 fosse iniciado o desenvolvimento do módulo acadêmico. Em 2014 foram adicionados os módulos de pesquisa e extensão e em 2015 ocorreu o término do módulo acadêmico.



No IFMT, o módulo de gestão de documentos e processos do SUAP foi implementado em 2018, com o objetivo de digitalizar e otimizar os processos administrativos e acadêmicos. A iniciativa buscou promover maior eficiência, transparência e integração das atividades institucionais, alinhando-se à tendência de outras instituições federais de ensino que já utilizavam a plataforma.

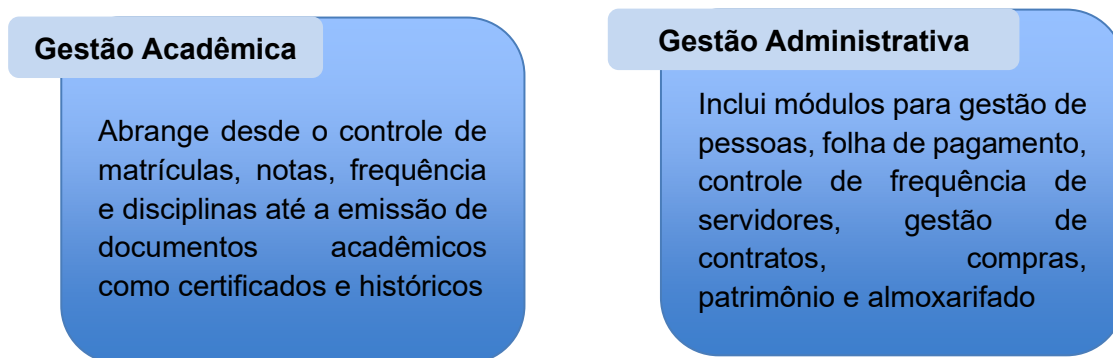
Desde então, o SUAP tem desempenhado papel central na gestão eletrônica de documentos, ao facilitar a tramitação digital e melhorar o fluxo de informações internas. Sua criação atendeu à demanda por uma solução unificada capaz de integrar diferentes setores e processos. Com o tempo, sua adoção por diversas instituições contribuiu para a padronização dos fluxos de trabalho no âmbito da administração pública federal.

A plataforma permite a centralização de informações acadêmicas (como notas, frequência e histórico escolar) e administrativas (como recursos humanos, financeiro e patrimônio), além de oferecer suporte à gestão de processos como abertura de editais, licitações e controle de almoxarifado.

O SUAP se expandiu, abrangendo cada vez mais funcionalidades e se adaptando às necessidades específicas de cada instituição. Sua integração com outros sistemas do governo, como o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), facilita a comunicação e o compartilhamento de informações entre diferentes órgãos públicos.

Atualmente, o SUAP oferece um amplo leque de funcionalidades como demonstrado na figura 1.

**Figura 1** – Funcionalidades Sistema SUAP



### Gestão de Documentos

O SUAP também é uma ferramenta essencial para a tramitação de documentos eletrônicos, permitindo o arquivamento, consulta e envio de documentos dentro de um fluxo de trabalho digital.

### Gestão de Processos Eletrônicos

Processos administrativos que antes eram tramitados fisicamente, como requisições, aprovações e pareceres, agora podem ser realizados de maneira digital, com mais agilidade e menor custo.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024).

A transição de processos físicos para digitais com o SUAP trouxe diversos benefícios. Antes, a tramitação de documentos físicos era lenta, envolvia custos com papel, transporte e espaço físico para armazenamento, além do risco de perda ou extravio de documentos. O processo de pagamento de substituição, por exemplo, poderia levar dias ou semanas, dependendo da localização dos responsáveis.

Com a adoção do SUAP e a digitalização dos processos, os benefícios são evidentes:

- **Agilidade:** A tramitação digital é imediata e não depende de transporte físico de documentos. A assinatura eletrônica permite que os documentos sejam assinados remotamente, economizando tempo.
- **Redução de Custos:** A economia com papel, impressão e transporte é significativa. Além disso, o espaço físico necessário para arquivamento de documentos é drasticamente reduzido.
- **Segurança:** O armazenamento digital permite a aplicação de mecanismos de segurança, como criptografia e controle de acessos, garantindo que os documentos só sejam acessados por pessoas autorizadas.
- **Acessibilidade:** Os documentos eletrônicos podem ser acessados de qualquer lugar, a qualquer momento, o que facilita o trabalho remoto e o acompanhamento dos processos em tempo real.
- **Sustentabilidade:** A eliminação ou redução do uso de papel contribui para uma gestão mais sustentável, alinhada com as práticas de preservação ambiental.



A implementação do SUAP representou um avanço significativo na modernização da gestão acadêmica e administrativa. O sistema contribuiu para a transformação digital do IFMT, facilitando a tramitação de processos e trazendo maior eficiência, transparência e segurança em comparação aos métodos tradicionais de gestão baseada em documentos físicos.

## **5 GOVERNO DIGITAL, UMA CONEXÃO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E OS USUÁRIOS: FACILITANDO O ACESSO À INFORMAÇÃO**

O conceito de governo digital refere-se ao uso estratégico de tecnologias digitais e da internet para melhorar a prestação de serviços públicos, aumentar a transparência, a eficiência e a participação cidadã, e promover uma administração mais ágil e conectada com a sociedade. Essa abordagem visa a transformação digital de processos governamentais, permitindo que atividades que antes eram realizadas manualmente ou de forma presencial sejam executadas de maneira eletrônica, segura e transparente. Para Castells (2005), há o estabelecimento de uma era essencialmente nova a partir do final do século XX, fixada no forte incremento de tecnologias de informação, indo da cultura material para a informacional.

A implementação do governo digital facilita o acesso às informações públicas e proporciona conexões mais diretas entre a administração pública e os usuários, eliminando barreiras burocráticas tradicionais. Essa transformação busca tornar os serviços mais acessíveis, reduzir custos operacionais, melhorar a experiência dos cidadãos e aumentar a confiança pública na administração governamental.

A burocracia estatal, muitas vezes, ainda está alicerçada em processos obsoletos e ineficientes. Uma realidade que apresenta desafios significativos para órgãos públicos em todas as esferas de governo. E que, confrontada com soluções tecnológicas como a automação, a digitalização e a análise de dados, escancara a necessidade da modernização da administração pública para eficácia dos serviços e, assim, melhor atender ao cidadão. Dessa forma, gestores públicos agora enfrentam uma decisão fundamental: juntar-se à vanguarda na adoção de soluções inovadoras viabilizadas pela tecnologia ou perder o timing e ficar para trás, sujeitando-se a críticas por atraso e ineficiência. (Review, 2023, online)



No IFMT, as transformações digitais têm avançado significativamente para atender às demandas emergentes do século XXI. Entre os exemplos desse progresso estão a disponibilização e o acompanhamento da tramitação de documentos e processos eletrônicos, além do controle de frequência escolar e dos servidores. Essas iniciativas refletem as adequações tecnológicas propostas pelo governo federal para modernizar a gestão e os serviços institucionais.

### 5.1 Conexões Entre Administração e Usuários

O governo digital também proporciona conexões mais diretas e efetivas entre a administração pública e os cidadãos. Através de aplicativos móveis, chatbots, portais online e outros canais digitais, os usuários podem interagir com o governo de maneira mais ágil e conveniente, eliminando a necessidade de deslocamento físico ou de longas filas para acessar serviços públicos, um bom exemplo é a Lei 14.129 que cria o governo digital, que ofertam serviços aos cidadãos:

Pela nova lei, será disponibilizada uma plataforma única de acesso às informações e aos serviços públicos, possibilitando ao cidadão demandar e acessar documentos sem necessidade de solicitação presencial. Órgãos públicos poderão emitir em meio digital atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal, assinados eletronicamente. O usuário poderá optar também por receber qualquer comunicação, notificação ou intimação por meio eletrônico. (Agência Senado, 2021)

Esses canais permitem uma comunicação bidirecional, onde os cidadãos não apenas consomem informações, mas também têm a oportunidade de fornecer feedback, fazer solicitações e participar de consultas públicas, contribuindo para um processo decisório mais inclusivo e participativo. Dessa forma, o governo digital facilita a participação cidadã e aumenta a responsividade governamental às demandas da sociedade.



## 5.2 Desburocratização dos Serviços Públicos

Uma das principais vantagens do governo digital é a desburocratização dos serviços públicos. A automação de processos e a eliminação de etapas burocráticas reduzem o tempo e o esforço.

A nova Administração Pública, no cenário pós-pandemia, caracteriza-se pela adoção de práticas digitais, refletindo as transformações da quarta Revolução Industrial. Denominada Administração Pública 4.0, sua principal característica é a prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, com uma parte dos servidores atuando em regime de teletrabalho e atendendo os cidadãos por plataformas digitais como WhatsApp, Telegram e Skype. (Dias; Oliveira, 2023, p. 112)

Tais automações podem ser usufruídas pelos usuários do IFMT, uma vez que todos os processos de licenças, solicitações de pagamentos, vale-transporte, alteração de dados bancários, esses e outras solicitações são feitas diretamente pelos usuários através do seu Smartphones e ou computadores, acessando a plataforma do Sougov.com, esta gerenciada pela administração do IFMT que dá andamento às solicitações, sem a necessidade dos servidores se deslocarem até os setores para solicitarem, além de poderem contar também com canais de comunicação internos, onde se encontram os seus processos, por meio do Talks, Whatsapp, E-mail e telefone.

A digitalização de documentos e processos envolve a conversão de registros físicos em arquivos digitais, o que elimina a necessidade de formulários em papel e assinaturas manuscritas. Esse material digitalizado, juntamente com os documentos nativamente digitais, passa a ser gerenciado por meio de plataformas de gestão eletrônica de documentos (GED). Essas plataformas permitem que os serviços sejam realizados de forma totalmente digital, acelerando o processamento de informações, reduzindo a margem para erros e fraudes e aumentando a segurança e a confiança nos serviços públicos. No âmbito do governo digital, o acesso à informação é facilitado por meio de plataformas e sistemas eletrônicos que permitem a consulta, a solicitação e o recebimento de dados públicos de maneira rápida e eficiente. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) estabelece que os órgãos públicos devem disponibilizar informações de interesse coletivo ou geral, promovendo a transparência ativa — na qual os dados são divulgados de forma proativa pelos governos —



e a transparência passiva — na qual informações são fornecidas mediante solicitação do cidadão (Brasil, 2011).

Com a digitalização dos processos — realizada previamente pelos setores responsáveis —, as informações passam a ser inseridas e gerenciadas por meio do SUAP, que atua como uma plataforma para organizar, tramitar e armazenar os dados de forma estruturada e padronizada. Embora não realize a digitalização em si, o SUAP recebe e administra documentos digitais e digitalizados, facilitando tanto a recuperação quanto o compartilhamento de dados com pessoas ou setores específicos.

Um exemplo disso é o processo de pagamento por substituição. Nesse caso, o servidor solicita o pagamento anexando ao sistema documentos como o requerimento justificando a solicitação, a frequência de trabalho, o relatório de afastamentos, a portaria de nomeação para a substituição e a comprovação do afastamento do servidor titular. A partir daí, o processo tramita eletronicamente: passa pela chefia imediata, que valida as informações, segue para o setor de gestão de pessoas, responsável pela conferência documental, e, por fim, chega ao setor de pagamento, que executa a ação final.

## **6 INTEGRAÇÃO COM O AFD E A GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO IFMT**

O Assentamento Funcional Digital (AFD) é uma ferramenta estratégica que faz parte da transformação digital no âmbito da gestão pública, especialmente no que se refere à gestão de documentos eletrônicos. Ele integra e organiza todas as informações funcionais dos servidores públicos de forma digital, proporcionando uma série de benefícios, como maior segurança, transparência e agilidade no acesso aos dados.

Antes de iniciar a digitalização dos documentos para o AFD, é fundamental realizar um processo de preparação nas pastas. No IFMT segue um rito de preparação, o primeiro passo é separar os documentos que pertencem ao AFD daqueles que não pertencem, de acordo com a Tabela de Documentos Funcionais descrita no artigo 6º da portaria que regulamenta o Assentamento. Após essa separação, devem ser executados procedimentos de higienização, remoção de clipes e grampos, além de dividir os documentos em duas categorias: os produzidos até 30 de junho de 2016, que farão parte do dossiê chamado de



"Legado" pela Portaria nº 4, e aqueles gerados a partir de 1º de julho de 2016, que comporão a produção diária (Brasil, 2016).

Os documentos do Legado são digitalizados em conjunto e inseridos na plataforma do AFD de uma única vez, com a utilização do metadado "Legado" para identificá-los. Metadados são informações adicionadas ao documento no momento de sua inclusão no sistema. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, metadado é definido como um conjunto de dados estruturados e codificados, que descrevem e possibilitam o acesso, gerenciamento, compreensão e preservação de outros dados ao longo do tempo (Arquivo Nacional, 2005).

Ao ser integrado à GED, o AFD possibilita a padronização permite o acesso aos documentos já digitalizados referente à vida funcional dos servidores. Isso inclui desde a admissão até aposentadoria, passando por promoções, afastamentos, avaliações de desempenho e outros processos administrativos.

A integração entre o AFD e a GED melhora a eficiência dos processos internos, ao permitir que documentos sejam acessados de forma rápida e segura por diversos setores e responsáveis, sem a necessidade de manipulação física de papeis. Além disso, garante o cumprimento das normativas de arquivamento de documentos estabelecidas pelo governo federal, contribuindo para a preservação da memória institucional e a redução de custos com armazenamento físico.

Assim, o trabalho de preparação envolve não só a separação dos documentos do AFD e a distinção entre Legado e produção diária, mas também a numeração dos documentos e a inclusão do termo de encerramento conforme exigido pela norma.

O processo de digitalização dos assentamentos funcionais no IFMT está em andamento. De acordo com o Painel AFD, que monitora o processo de digitalização em todo o âmbito federal, o diagnóstico atual é: o IFMT possui mais de 5.800 assentamentos funcionais. Desses, 3.437 já foram digitalizados, o que corresponde a 58,89%. Restam 2.399 assentamentos para serem digitalizados e inseridos no portal.

A gestão eletrônica de documentos (GED) é fundamental para a transformação digital nas instituições públicas, promovendo a digitalização e o gerenciamento eficiente de documentos. Além de melhorar a eficiência administrativa, a GED garante transparência e acesso público às informações, conforme exigido pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº



12.527/2011). Ao facilitar a transparência ativa, a GED também estimula a participação cidadã e fortalece a governança institucional. No entanto, a implementação enfrenta desafios, como resistências culturais e limitações de recursos. Para que a transformação digital seja bem-sucedida, é necessário um equilíbrio entre tecnologia, capacitação contínua e políticas institucionais adequadas.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo indicam que a implementação do SUAP e da AFD no IFMT tem gerado avanços significativos em transparência pública e eficiência administrativa. Desde a adoção da Gestão Eletrônica de Documentos integrada ao sistema SUAP, observou-se uma redução no tempo de resposta às solicitações de informações e na tramitação de processos. Isso evidencia uma melhoria substancial na capacidade da instituição de atender às demandas do público de forma ágil e eficaz, desburocratizando procedimentos e facilitando a interação entre os usuários. Além disso, todos os interessados podem acompanhar o andamento de seus documentos e processos, pois o SUAP permite visualizar toda a tramitação e os despachos relacionados. O sistema também viabiliza a aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI) em documentos com restrições de acesso, reforçando a prática da transparência ativa, essencial no serviço público.

Além disso, percebemos que com a utilização dos sistemas, permitiu ao IFMT consolidar práticas de gestão documental mais eficientes, eliminando redundâncias e melhorando o controle sobre o ciclo de vida dos documentos. Isso resultou em uma redução dos custos operacionais relacionados à manutenção de arquivos físicos e em um aumento na segurança e confiabilidade da informação, aspectos essenciais para a promoção da transparência.

No entanto, os resultados também apontam desafios persistentes. A resistência cultural à adoção de novas tecnologias, especialmente entre servidores com longos anos de serviço, continua sendo um obstáculo significativo para a plena implementação da GED. Como também, a falta de investimentos contínuos em infraestrutura tecnológica e capacitação dos servidores pode comprometer a sustentabilidade dos avanços alcançados.



A discussão dos resultados sugere que, para maximizar os benefícios da GED, o IFMT deve adotar uma abordagem integrada que combine investimentos em tecnologia com estratégias robustas de gestão da mudança, incluindo programas de formação contínua e incentivos para o uso proativo da GED. Ademais, a criação de políticas claras e bem definidas, que detalham responsabilidades e procedimentos para o uso da GED, é fundamental para garantir a continuidade e a eficácia da gestão eletrônica de documentos e a transparência pública.

## 8 CONCLUSÃO

A implementação do SUAP, combinada com iniciativas como o AFD, promove no IFMT uma maior transparência, eficiente e centrada no cidadão. Ao digitalizar processos e documentos, a instituição facilita o acesso à informação, desburocratiza serviços públicos e estabelece uma conexão mais direta e participativa com seus usuários. Assim, a transformação digital se torna um elemento central na construção de um governo mais responsivo, inclusivo e orientado para o futuro.

O estudo conclui que a gestão eletrônica de documentos é um elemento fundamental da transformação digital nas instituições públicas, com um impacto positivo significativo na promoção da transparência no IFMT. Ferramentas como o SUAP e o AFD aumentam a eficiência administrativa, facilitam o acesso à informação e fortalecem a confiança pública na instituição. Processos que anteriormente eram demorados, devido à necessidade de deslocamento físico de documentos entre campi para o cumprimento de ritos processuais, agora podem ser acompanhados em tempo real, permitindo visualizar sua localização, despachos e andamento de forma imediata.

A implementação do AFD trouxe um exemplo claro de melhoria na troca de informações e no acesso aos assentamentos funcionais digitais dos servidores. Quando um servidor é redistribuído ou removido, os órgãos de destino podem acessar imediatamente toda a documentação relacionada a ele. Anteriormente, o envio físico desses assentamentos demorava, o que impactava diretamente o servidor, que muitas vezes precisava de documentos contidos em seu assentamento funcional para requerer direitos. Com o AFD,



esse processo se torna mais ágil e eficiente, garantindo que os servidores tenham acesso rápido e fácil às informações necessárias.

Contudo, os desafios de ordem cultural, técnica e financeira precisam ser cuidadosamente geridos para garantir a sustentabilidade dos avanços obtidos. Recomenda-se que o IFMT continue investindo em infraestrutura tecnológica e capacitação dos servidores, além de desenvolver políticas institucionais que incentivem o uso adequado e efetivo dos sistemas, aprimorando e avançando na digitalização dos assentamentos digitais. Futuras pesquisas podem explorar a integração de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e blockchain, na gestão eletrônica de documentos, potencializando ainda mais os benefícios relacionados à transparência pública e à governança institucional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Sancionada lei do Governo Digital, que amplia serviços pela internet** Fonte: Agência Senado. 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/03/30/sancionada-lei-do-governo-digital-que-amplia-servicos-pela-internet>. Acesso em: 16 set. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Painel AFD**. Ministério da Economia. Disponível em:

<https://painelafd.economia.gov.br/afd/login.jsp>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Portaria nº 4, de 2016. Criar o Assentamento Funcional Digital - AFD para os servidores públicos federais efetivos, comissionados ou a estes equiparados, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, como forma de agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes.. **Portaria Normativa Nº 4, de 10 de Março de 2016**. 49. Brasília, 10 mar. 2016. p. 79. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-normativa-no-4-de-10-de-marco-de-2016>. Acesso em: 05 set. 2024.



CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à acção política. 4. ed. Brasília: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. p. 17-30. Conferência promovida pelo Presidente da República. Disponível em: [https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf). Acesso em: 15 set. 2024.

COSTA, Monalisa Mirelle do Nascimento. **Análise da Usabilidade do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFRN**. 2016. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Ifrn, Pau dos Ferros, 2016. Disponível em: [https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/919/analise\\_usabilidade\\_suap.pdf?sequence=1](https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/919/analise_usabilidade_suap.pdf?sequence=1). Acesso em: 05 set. 2024.

DIAS, Paulo Cezar; OLIVEIRA, Heitor Moreira de. Novas perspectivas da administração pública em tempos de governo digital: teletrabalho, telemedicina e teleperícia. **Revista do Tcu**, Brasília, v. 151, p. 94-120, 07 abr. 2023. Jan./Jun.. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1940/1930>. Acesso em: 15 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Edilberto Pontes. **Tendências da Administração Pública na Era Digital**: desafios e oportunidades. Desafios e Oportunidades. 2024. Disponível em: <https://edilbertoponteslima.com.br/tendencias-da-administracao-publica-na-era-digital-desafios-e-oportunidades/>. Acesso em: 17 set. 2024.

MENEZES, Pedro. **Estudo de Caso**: o que é, exemplos e como fazer. o que é, exemplos e como fazer. 2024. Disponível em: <https://www.significados.com.br/estudo-de-caso/>. Acesso em: 15 set. 2024.

REVIEW, Mit Technology. **Transformação Digital no setor público**: novas perspectivas e desafios. novas perspectivas e desafios. 2023. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/transformacao-digital-no-setor-publico-novas-perspectivas-e-desafios/>. Acesso em: 10 set. 2024.

SANTOS, M. A.; SOUZA, R. M. A gestão eletrônica de documentos como instrumento de transparência pública em instituições de ensino. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 345-362, 2020.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

